

# COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Mariana Miranda (\*)

## RESUMO

Tomando como exemplos os processos de colonização dirigida desenvolvidos na Amazônia, a autora do presente trabalho, apresentado ao VII Encontro Nacional de Geografia Agrária, expõe que a forma planejada e organizada de acesso à terra, tornou-se fator de eliminação de problemas estruturais de enfoque econômico, político e militar no Brasil e constituiu, durante o período pós-64, em estratégia alternativa de não execução de medidas reformistas no campo. Por outro lado, expõe que a colonização, a cargo tanto da iniciativa privada como a cargo da iniciativa governamental, possibilitou a real ocupação do espaço e permitiu atender à população excedente sem terra, oferecendo a ela o acesso aos meios de produção.

## ABSTRACT

In the VII Meeting of Agrarian Geography, Mariana Miranda presents her piece of work basing, her ideas upon the process of leaded colonization; this had been developed in the Amazonic region. In this way she points out that the planned and organized land occupation got to be the motive which would eliminate Brazilian structural problems, as those of economic political and military sources. However, after 1964, this planned and organized land occupation was used in a way to avoid the carrying out of the real agrarian reform. On the other hand, Mariana Miranda, points out that the colozation done by private initiative as well as by governamental initiative, gave way to the real possetion of the land and made it possible to helps the exceeding landless population, offering them a way to have their access to the ways of production.

**KEY-WORDS:** Colonization, Agrarian Reform, land occupation.

*"Terra para homens sem terra, homens para terra sem homens"*

Esta proposição, formulada no curso do regime autoritário militar, serve para mostrar claramente qual a diretriz traçada, após 1964, para tratar duas questões importantes e controvertidas da problemática agrária brasileira: a Colonização e a Reforma Agrária.

A temática da reforma agrária esteve presente nos discursos e nas medidas dos governos militares que se seguiram ao golpe de 64, chegando mesmo, em termos legais, a ser priorizada quando, com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei n.º 4504 de 30/11/64) criava-se o instrumento jurídico que contemplava num dos seus títulos a questão da reforma agrária. No entanto, como os dispositivos que viabilizariam uma mudança na estrutura agrária vigente nunca foram aplicados não houve a concretização dessa reforma. Em seu lugar foi colocado em prática todo um sistema de colonização que concomitantemente fora delineado.

Assim sendo, ao privilegiar a Colonização, o Estado não só encontrou uma forma alternativa e facilitada para a não execução de medidas reformistas no campo, como retomou "a representação ideológica que identifica na colonização a única, e grande, solução para a questão agrária" (Santos, 1985).

Dentro dessa ótica, e com base na existência de terras devolutas, que atenderiam à população excedente sem terra, de outras regiões do país, desenvolveu-se todo

(\*) - Professora vinculada ao Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

um processo de ocupação da nova fronteira agrícola representada pela Amazônia.

No momento em que a questão da reforma agrária é recolocada, não mais como objeto de discussão, para uma concretização futura como ocorreu no contexto econômico e político pré-64 ou mesmo nos períodos pós-68 e pós-78, mas como programa de governo, explicitada num plano nacional, é importante a retomada da discussão em torno da colonização com relação à reforma agrária.

A questão é pertinente pelo fato de que:

— a política de colonização dirigida foi bastante questionada e criticada por intelectuais, pelo movimento sindical e outros movimentos sociais que denunciaram seus erros e desvios. Entre as críticas levantadas situam-se aquelas que apontam a colonização como expressando um aspecto da política do Estado no sentido de favorecer a monopolização das terras por grupos econômicos diversos e o desenvolvimento extensivo do capitalismo, além de representar uma contra-reforma agrária, antepondo-se à reforma espontânea representada pelas migrações livres de populações de outras áreas, principalmente do Nordeste e Sul do país, constituindo-se como alternativa de não fazer a reforma agrária.

— a colonização dirigida viabilizou uma ocupação de fato e irreversível para as áreas onde se inscreveu, com manifestações econômicas e sociais espacialmente diferenciadas, aparecendo como forma alternativa de expansão da fronteira e da política de terras desenvolvida pelo Estado, comprovada nos novos empreendimentos dessa natureza que se instalam e pela contínua aplicação de recursos públicos.

— a despeito das realizações concretas de colonização terem contribuído pouco para dar forma ao padrão de expansão da fronteira, ela oferece outro contexto para investigação das formas de mediação política na luta pela terra e a acumulação na fronteira (Foweraker, 1982).

Nosso objetivo no presente trabalho não é o de apresentar um produto acabado, mas trazer pontos para reflexão com base nos resultados da avaliação de experiências concretas de colonização na Amazônia nas últimas décadas, para que, no decorrer das discussões desse Encontro, num processo participativo, possa-se chegar a uma tomada de posição sobre a questão.

A abordagem escolhida para encaminhamento do assunto foi a de apresentar, numa primeira parte desse trabalho, breve sistematização da colonização na forma como vem sendo praticada no Brasil. Na segunda analisa-se a colonização na Amazônia, calcada em exemplos de experiências concretas e dos resultados apresentados. Uma avaliação do papel da colonização será objeto da terceira parte, seguindo-se de algumas questões finais propostas para discussão.

## **1. A prática da colonização no Brasil**

A colonização como forma planejada de proceder a ocupação de uma área e sua valorização é um processo que vem sendo adotado no Brasil há pelo menos dois séculos e identifica-se com razões de natureza econômico-social e político-militar.

Através dos tempos privilegiou espaços e respondeu a objetivos definidos, correspondendo sempre a uma ação dirigida de base governamental à qual se incorporava ou não a iniciativa privada.

Pode-se considerar como marco inicial desse processo dirigido, a segunda metade do século XVIII com a vinda de açorianos para ocupar o litoral sul do país. A partir daí diferentes momentos se cristalizaram tendo em vista os objetivos que prevaleceram. Até quase a metade deste século predominou toda uma atuação voltada para

colonizar as terras desocupadas através da imigração estrangeira, promovida não só pelos governos central e provincial, mas por particulares, com incentivos oficiais. Datam desse período os primeiros órgãos governamentais criados especificamente para tratar dos problemas de terra e colonização.

A partir de 1930 há toda uma mudança na diretriz da política de colonização que se volta para os nacionais, limitando a entrada de imigrantes, face a crise interna de empregos.

É com a "Marcha para o Oeste" que se instaura o novo momento da história da colonização oficial, vinculado a diferentes discursos governamentais e atendendo não só a objetivos de ocupação do território mas também a objetivos sociais e econômicos.

Segundo Santos, (1985) a colonização agrícola foi uma das formas recorrentes da ação estatal para efetivar a ocupação de novas terras, o que, bem entendido, supôs outras medidas econômicas de maior amplitude, ligadas aos sucessivos modelos econômicos e políticos que tiveram vigência no País nas últimas décadas. O novo período histórico da colonização pode ser dividido em três fases que se voltaram respectivamente para: a) atender aos trabalhadores nacionais; b) a responder política e ideologicamente às lutas sociais; c) a efetivar a ocupação controlada das novas terras, principalmente na Amazônia.

Para a realização do processo de colonização dirigida, a partir de 1930, foram criados, na esfera federal, órgãos que se sucederam.

Vai ser sob a égide do INCRA, criado em 1970 e a quem passou a caber a finalidade de promover e executar a reforma agrária e de promover, executar e controlar a colonização, que se vai então efetuar a colonização em larga escala.

Paralelamente, ao longo do processo, foram instalados, também, em âmbito estadual, departamentos especiais para promover a colonização e regular os problemas de terra. Companhias privadas de colonização vieram, com seus projetos, se incorporar aos programas de colonização federal e estadual, atuando com estratégias diferentes e identificando-se com dois tipos distintos de empresas econômicas: a) as voltadas apenas para a atividade extrativa e a venda especulativa de terras; b) as voltadas para o desenvolvimento de projetos a longo prazo, que predominaram em diferentes estágios de expansão da fronteira interna.

Às diferentes fases da colonização dirigida, com sus objetivos específicos, corresponderam não só características e diretrizes operacionais próprias, como definições oficiais de colonização.

Na fase mais recente, referente ao regime militar, a colonização vai ser precisada através do decreto n.º 59.428 de 27/10/1966 que assim a define: "Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da terra, ou através das cooperativas de produção nela previstos".

Sob esse conceito, supervisionado pelo INCRA, foi montado todo um esquema de colonização que se direcionou para o maior espaço do território nacional.

Enfatizando a colonização dirigida, o Estado avocou a si todas as responsabilidades até o momento em que, querendo criar condição para a expansão do capital e a acumulação na fronteira, passou a apoiar a colonização particular, transferindo parte do controle social do processo aos projetos particulares e às cooperativas.

Toda essa prática da colonização no Brasil contém as marcas dos acertos e desacertos econômicos e políticos e vem acompanhada de discussões polarizadas sobre seus sucessos e fracassos.

## **2. A colonização na Amazônia: experiências e resultados**

A colonização dirigida, como uma das formas específicas de ocupação do espaço na fronteira amazônica, aí adquiriu uma feição própria, diferente de experiências similares de outras áreas, devido ao ritmo de ocupação e grau de interferência do Estado (Miranda, 1984).

Na perspectiva temporal do processo, foi curto o período em que foi apresentada como modelo de ocupação, uma vez que a ênfase no fracasso dos planos de colonização se apresentavam como justificativa e explicação para as mudanças de diretrizes governamentais. No entanto, contraditoriamente a esse posicionamento, recursos econômicos, quer públicos, quer privados, continuaram sendo aplicados para a colonização na fronteira amazônica. Face a isso, considera-se que, nos estudos dos programas de colonização, é importante voltar-se não tanto para os objetivos alcançados ou não, mas para a significância da experiência concretizada em relação aos agentes sócio-espaciais envolvidos: população, empresas colonizadoras, Estado e o lugar. Portanto o papel da colonização dirigida fica melhor explicitado quando avaliado a partir dos resultados concretos nos lugares em que foi implantada.

Cinco experiências de colonização de caráter tanto oficial como particular, envolvendo três segmentos espaciais da Amazônia serão aqui apresentados. Trata-se das colonizações postas em prática na área da Transamazônica (PA), em Rondônia e em Mato Grosso.

### **2.1 - A colonização na Transamazônica: o PIC Altamira**

Embora não sendo a primeira experiência de colonização oficial nas terras da Amazônia Legal, o PIC Altamira constitui o principal projeto de viabilização dessa política governamental para a expansão da fronteira agrícola.

Como os demais projetos de colonização, estava orientado de modo a implantar um novo sistema urbano-rural em áreas de vazio demográfico, segundo os esquemas de urbanismo rural definido pelo INCRA. Porém, dada a extensão - 500 Km de Transamazônica, tendo Altamira como centro - e os investimentos e recursos humanos que para ele foram canalizados, passou a ser o empreendimento que, de forma significativa, expressava a política estatal de colonização da Amazônia do momento.

A colonização em Altamira foi prevista para se desenvolver dentro da faixa delimitada de 10 Km de extensão de cada margem da rodovia.

A implantação e a consolidação dessa colonização não se deu de forma uniforme em toda a área, concentrando-se grande parte dos recursos no trecho onde se encontravam as terras de melhor qualidade, na direção Altamira-Itaituba. Dois momentos podem ser distinguidos nesse processo: a) o da atuação predominante do Estado e b) o do movimento espontâneo.

Constata-se dentro da área um grau elevado de heterogeneidade, tanto no que se refere à posse e utilização da terra, como quanto ao desenvolvimento urbano.

Dentro da área situações distintas no tocante à apropriação da terra são encontradas. Essas diferenças de situações não se devem apenas ao maior ou menor tempo de presença dos colonos na área, mas da forma como se deu o apossamento da terra relacionado com o processo moroso e burocrático de regularização da situação fundiária.

ria pelo INCRA. A não legalização do título de propriedade constitui, para muitos colonos, o principal problema a enfrentar, já que dele derivaram outros, como o de invasão de terras, e o de acesso ao crédito.

Embora a estrutura fundiária da área seja baseada em pequenas propriedades do tipo familiar, em lotes de 100ha, há colonos que possuem propriedades maiores. Essa diferença no tamanho da terra apropriada resulta, de um lado, da possibilidade aberta pelo governo para obtenção de lotes maiores fora da faixa, e, de outro lado, da aglutinação de lotes através da aquisição de terras por prepostos familiares. Para os detentores das áreas maiores, os problemas ligados à regularização fundiária ou à invasão de terras por outros, têm sido de mais difícil equacionamento.

A utilização da terra pelos colonos se faz de forma diferenciada, qualitativa e quantitativamente, expressando-se tanto no que é produzido, como na produtividade obtida. Resulta disso diferenciações marcantes entre os colonos.

Assim, colonos que, pela qualidade de suas terras, por falta de capital e/ou acesso a crédito, não podem se dedicar a culturas comerciais mais rendosas, como o cacau, a pimenta e a cana-de-açúcar, restando a eles, como única opção, a lavoura branca, defrontam-se com uma situação de subsistência, garantindo o mínimo para a sua sobrevivência como colono.

Este tipo de situação econômica induz em muitos casos, os colonos a passarem adiante seus lotes, transferindo-se para outros lugares ou permanecendo na área como mão-de-obra tanto rural, como urbana. Essa situação leva também a que, em alguns casos, esses colonos empreguem sua força de trabalho familiar em outras parcelas, seja pela forma de troca de serviços, seja através de pagamento, tanto representado em diária, como por tarefa.

Diferentemente, os parceiros voltados para a lavoura comercial ou que se dedicam à pecuária, que se expande na região, aparecem com outras perspectivas, tanto quanto a sua permanência como produtores, como quanto às reais possibilidades de acumulação.

A despeito do desenvolvimento produtivo que se verifica na área, existiram e existem problemas de vários tipos para o produtor: terras pobres e inadequadas para certos tipos de produtos; impossibilidade de acesso ao crédito ou dificuldade de pagamento de empréstimos, em virtude das exigências e garantias pedidas; situação precária de estradas, principalmente a ausência de vicinais, dificultando as condições de produção e escoamento do produto; limitação do crescimento da produção devido à impossibilidade de aumento dos lotes.

No tocante ao desenvolvimento dos núcleos urbanos, representados pelas agrovilas e agrópolis, é também patente a diferença entre eles. Foram implantadas durante esse período 26 agrovilas, uma agrópolis e um núcleo, em torno da Usina de Açúcar e Álcool. Esses núcleos, à exceção da agrovila Leonardo da Vinci, encontram-se concentrados no trecho Altamira-Itaituba, até o km 100. Apresentam entre si distinções no que se refere ao equipamento e serviços existentes e ao seu funcionamento (luz, água, posto de saúde, escola, comércio) e a presença mais efetiva ou não dos colonos como moradores desses núcleos. Dessa forma existem agrovilas que se desenvolveram preenchendo as funções que lhe foram destinadas, enquanto outras estagnaram ou estão em processo de desaparecimento. Por outro lado os colonos, só preferem morar nas agrovilas quando estas oferecem melhores condições que nos lotes ou em razão das escolas, que vêm sendo a principal motivação para fixação da moradia nos núcleos urbanos.

A evasão de colonos para os lotes rurais com a cessão ou aluguel das casas para aqueles que estão chegando na área em busca de terra ou trabalho faz parte do contexto.

Em áreas reservadas pelo INCRA para núcleos urbanos em pontos estratégicos da Transamazônica, surgiram espontaneamente povoados que passaram, em alguns casos, a concentrar um contingente populacional maior do que o dos núcleos planejados. É o caso do Pacajás e Anapu, no trecho Marabá - Altamira e o da chamada agrópolis do Uruari e de Placas, respectivamente nos quilômetros 180 e 240 do trecho Altamira-Itaituba.

Esses núcleos passaram a desempenhar papel fundamental na área como locais de comércio, de serviços, de moradia das famílias dos pequenos produtores e de aglomeração de mão-de-obra.

A observação da situação tal como ela se apresenta na área mostra claramente que o plano proposto pelos técnicos do INCRA dentro da filosofia do chamado "urbanismo rural" não só foi parcialmente implantado como a estrutura de relações não funcionou com as características previstas.

Dentro deste quadro concretizou-se uma ocupação de fato e irreversível para a área, com tendência à expansão.

## 2.2 - Rondônia - o espaço da ação direta do Estado

Em vista da mística de integração nacional e da política de ocupação da Amazônia o então Território Federal de Rondônia, por suas características intrínsecas - área federal, terras disponíveis e ligação com o centro-sul - foi o local selecionado pelo Estado na concretização de sua estratégia ocupacional, tornando-se o cenário mais expressivo de colonização no âmbito nacional.

Desenvolveu-se assim, a colonização dirigida destinada a atender prioritariamente o produtor descapitalizado que maciçamente vinha para a área num programa de formação de propriedades familiares.

Viabilizada pela política do Estado, concretizou-se uma rápida ocupação do território e intensificou-se o fluxo migratório. Para atender essa demanda, diferentes projetos de colonização e de assentamento foram ao longo do tempo sendo implantados. As diferentes estratégias estabelecidas no assentamento da população determinou o aparecimento de formas diversificadas que se justapõem no espaço: colonização dirigida, assentamento dirigido, assentamento induzido, ocupação "espontânea" e a recente forma de ação combinada. INCRA-POLONOROESTE (Miranda, 1985c).

A dinâmica do fluxo migratório, persistindo até hoje, originou paralelamente ao processo dirigido, uma busca espontânea por terras nas áreas destinadas à colonização, ocorrendo um extravazamento pela ocupação dos limites dos PICs. Este extravazamento trouxe implicações sérias, na questão da terra com a emergência de conflitos na disputa da terra, envolvendo diversos segmentos: colonos, fazendeiros, índios, madeiras.

A incapacidade por parte do governo federal em antecipar-se ou mesmo acompanhar o processo, tanto em termos de assentamento como na dotação da infraestrutura, levou a que fossem acionadas novas medidas de forma a impedir as tensões sociais. Novas frentes de colonização foram então abertas, representadas pelos projetos vinculados a ação do INCRA e POLONOROESTE.

Desses vinte anos de programa de colonização resultou uma ocupação que transformou Rondônia no espaço mais expressivo de mudanças econômicas, sociais e

políticas. A despeito disso, a colonização não atendeu igualmente às famílias de trabalhadores rurais que migraram para a região.

A situação desigual dos parceiros, expressa no contraste entre colonos bem sucedidos e um grande número em precárias condições de sobrevivência, a presença de parceiros, agregados e assalariados, caracterizam o processo de diferenciação sócio-econômica presente em Rondônia. Ao lado desse aspecto, a sub-divisão e a transferência dos lotes, como estratégia de resistência por parte do colono e mais a concentração da terra, advinda da aquisição de lotes por pequenos e médios empresários favorecida pela própria política governamental de assentamento, constituem marcas da colonização.

Mesmo nos recentes projetos implantados, embora inovando quanto à organização territorial e em termos participativos - governo federal e estadual - e contando com novas fontes de recursos para viabilizar a concretização das propostas, os efeitos não se fazem sentir de forma diferenciada dos registrados nos projetos antigos. Continuam presentes as deficiências no tocante a infra-estrutura e a serviços de apoio social e à produção. Por outro lado não só aparecem reproduzidas situações de desigualdades e de abandono dos lotes, com substituição, como a capacidade de assentamento dos projetos é inferior às necessidades reais (Miranda, 1985c).

Dessa forma os problemas persistem e suas soluções ultrapassam a proposta da colonização independente das várias formas por ela assumida no decorrer do processo na região.

### **2.3 - A colonização em Mato Grosso: aspectos distintos de uma mesma política**

No processo em ocorrência no Estado de Mato Grosso vão ser examinados três projetos que se inscrevem ao norte do Estado em região que abrange os atuais municípios de Sinop, Colider e Alta Floresta.

Trata-se de área cortada pelo eixo rodoviário Cuiabá-Santarém e que teve seu processo de ocupação vinculado ao período em que o governo brasileiro enfatizou a política de colonização dirigida, a partir de 1970, e passou a estimular a colonização particular.

Nessa fase, empresas privadas do Sul iniciaram a efetiva ocupação desse espaço. Valendo-se de uma conjuntura fortuita que aliava à presença de grande extensões de terras possíveis de serem apropriadas, praticamente livre de disputas, situação de pressão da terra nas ex-fronteiras agrícolas do Sul, essas empresas puderam se lançar ao desenvolvimento de projetos de colonização de cunho oficial.

Das três colonizações observadas, duas são de caráter particular, iniciadas na década de 70 e correspondem aos projetos desenvolvidos pela Sinop Colonizadora S.A. e Indeco (Integração, Desenvolvimento e Colonização), respectivamente em Sinop e Alta Floresta. A terceira é mais recente e foi resultado de iniciativa governamental num processo associado de execução e administração com a Coopercana (Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda) em Terra Nova, município de Colider.

#### **a) A colonização particular**

A colonização desenvolvida em Sinop e Alta Floresta tem como ponto comum o fato de ambas procederem de iniciativa particular que tinha como estratégia, não mais apenas a atividade extrativa e a venda especulativa de terras, mas o desenvolvimento de projetos de ocupação representando investimentos a longo prazo relacionados com o controle do mercado de terras, da produção agrícola e atividades correlatas.

Como tal, essas empresas colonizadoras buscaram não só as terras favorá-

veis à concretização de sua estratégia como assumiram a responsabilidade de todo o empreendimento que compreendeu a implantação de obras de infraestrutura, com medição e demarcação das terras, abertura de estradas vicinais, implantação de núcleos urbanos, instalações de serviços de saúde e educação.

Outro aspecto comum é que ambos os empreendimentos não só iniciaram-se num tempo próximo como utilizaram-se de processo idêntico para atrair os ocupantes para a área. Por meio de propaganda e ação de corretores atuaram numa mesma região - Sul do país, preferencialmente o Estado do Paraná - custeando a vinda dos prováveis compradores e disputando entre si a clientela. Essas companhias colonizadoras introduziram nas suas áreas uma série de atividades, seja assumindo a responsabilidade desses empreendimentos, como no caso da Sinop com a Agro-Química, a Usina de Alcool e outras empresas do grupo, seja estimulando a vinda de iniciativa privada e criando as condições materiais e/ou garantindo as financeiras face a sua instalação, como faz a Indeco. Igualmente elas detiveram o monopólio das iniciativas e do poder de decisão, obtendo controle político de suas áreas através de competição e representação na esfera estadual e federal. Recentemente, com a emancipação político-administrativa das áreas onde os projetos se inscrevem e com os pesados custos dos encargos, vêm transferindo esses encargos aos órgãos governamentais competentes, mas continuam a manter no local o controle econômico e político.

Esse processo de colonização particular viabilizou um desenvolvimento econômico para a região onde se instalou. Não foi todavia a vida rural que constituiu o suporte desse desenvolvimento. Em primeiro lugar nem todas as terras adquiridas encontram-se produtivamente ocupadas, revelando que na colonização verificou-se tanto o processo de evasão e descapitalização como a compra de terras sem a correspondente exploração, numa aquisição de caráter especulativo que se fez com a conivência das Colonizadoras. Por outro lado as dificuldades encontradas pelos colonos como produtores - condições naturais, escassez de recursos, crédito, transporte, preço do produto, custo de beneficiamento e armazenagem - não garantia para a atividade agrícola um retorno que lhe permitisse desempenhar esse papel. Os diversos empreendimentos trazidos para a área e a circulação de dinheiro gerada pela extração do ouro respondem pelo crescimento das cidades e pelo desenvolvimento em ocorrência.

A colonização não representou um processo satisfatório para todos. A utilização da terra pelos colonos de forma diferenciada, qualitativa e quantitativamente, traduz-se na diferenciação sócio-econômica entre eles, que cria condições para o aparecimento do arrendamento e permite a introdução, paralelamente ao trabalho familiar, de outras relações de trabalho: parceria, assalariamento.

Ao lado dos que estão conseguindo reproduzir-se, com reais possibilidades de acumulação, existe também um bom número que consegue apenas a sua sobrevivência como colono, ou que abandonou a atividade, buscando, entre outras formas de sobrevivência o garimpo e o trabalho temporário.

#### **b) A colonização oficial**

Diferentemente do que ocorreu em Sinop e Alta Floresta, a colonização em Terra Nova desenvolveu-se a partir da iniciativa governamental com uma finalidade precípua de resolver situação de luta pela terra gerada pela expulsão de colonos das reservas de Nonoai e Guarita, no Rio Grande do Sul, em 1978. Assim, essa colonização, passa a representar a ação direta do Estado no processo de ocupação de novas áreas.

Para atender a população rural excedente sem terra do Sul do país e eliminar foco de tensão social, o Governo Federal resolveu utilizar as terras públicas localizadas

no hoje município de Colider para um projeto de colonização, propiciando dessa forma acesso à terra a esses pequenos agricultores do Sul.

Diferindo do processo anterior de colonização particular, que teve como marca ser um processo de ocupação seletiva do espaço, a colonização em Terra Nova representou um processo não discriminado e aberto a pequenos agricultores de qualquer status sócio-econômico.

A sua condição de programa oficial, num contexto de emergência, determinou, no entanto, que a seleção básica e necessária, que estabelece a distinção entre aqueles que efetivamente tem ligações com a terra e aqueles desprovidos de antecedentes agrícolas, não ocorresse. Como programa de colonização, expressou uma contradição entre os objetivos da colonização, propostos na política ditada pelo Estado, e a sua prática, mas em consonância com os imperativos políticos.

Essa colonização oficial que se concretizou via participação da iniciativa particular - Coopercana (Cooperativa Agrícola Mista Canarana Ltda.) - chamada pelo governo a colaborar na execução e administração do projeto, dentro da política traçada, reproduziu na área o que já havia ocorrido em outros lugares onde a intervenção direta do Estado se fez presente. Assim, expressando essa reprodução, vamos encontrar, da mesma forma como já identificado na Transamazônica um processo espontâneo de ocupação, impondo-se ao planejado; situações de estagnação e/ou abandono da maioria das agrovilas ao lado do crescimento de algumas por força de sua posição na área; a procura do núcleo urbano, gerando o desenvolvimento da cidade; a diferenciação dos colonos com a permanência e prosperidade relativa daqueles que no processo seletivo venceram as contingências adversas. Mas essa reprodução se faz num ritmo e tempo próprios do lugar e adotando uma forma também própria.

No processo de colonização em Terra Nova, evidenciou-se tanto o conflito como a cumplicidade de interesses e a contradição do aparelho burocrático no processo de mediação pela terra, revelando os desacertos burocráticos da colonização e a atuação ambígua do aparelho de Estado.

### 3. Um balanço da colonização

Uma vez apresentadas experiências que se concretizaram na região amazônica e apontados os seus resultados é fundamental, do ponto de vista de nosso objetivo, que se delineie uma avaliação sobre o papel da colonização dirigida. Nesse sentido serão aqui colocadas cinco proposições vinculadas aos fatos concretos na Amazônia:

1 - A colonização dirigida, respondendo a incentivos econômicos e objetivos políticos definidos, embora muitas vezes não atingindo as metas programadas, ou seja, não configurando uma efetiva ocupação produtiva das terras e nem assegurando a todas as famílias de pequenos proprietários sua inserção num processo de capitalização, ou a sua reprodução nas condições idealizadas, propiciou uma real ocupação do espaço, permitindo em certa medida atender à população excedente sem terra, oferecendo acesso de forma efetiva aos meios de produção, entre eles, e em especial, a própria terra ao pequeno produtor.

Os fatos registrados na Transamazônica, principalmente a partir da intensificação do fluxo espontâneo para a área, com o extravasamento pela ocupação da faixa de jurisdição do PIC-Altamira; a ocupação em Mato Grosso, nas áreas de Sinop, Alta Floresta, Paranaíta e em direção a Apicacés e o rápido crescimento de Terra Nova, com o afluxo de novas famílias; o processo tal como ocorrido em Rondônia, onde os limites dos PICs foram ultrapassados e o espaço de colonização ampliado por força da dinâmica

do fluxo migratório, obrigando os órgãos governamentais a buscar formas alternativas na colonização, são expressões dessa realidade. Constituem a forma responsável pelo desencadeamento do processo de desenvolvimento na região.

2 - A colonização, com seus erros e desvios, representou uma equilibrção na questão da luta pela terra, na medida que por um lado ofereceu ao Estado a possibilidade de dirimir conflitos na área, preservando o caráter da terra como propriedade privada e por outro lado garantiu ao pequeno agricultor o acesso à terra e a possibilidade de melhorar sua condição de produtor, ainda que num processo seletivo, de efeitos desiguais e de subordinação ao capital.

O controle por parte da colonização - governo ou empresa privada - do mercado de terras, das redes comerciais e de crédito, marca a subordinação do colono ao capital.

No sentido dos grupos sociais que se dirigiram para essas áreas constituiu um processo com efeitos desiguais que aparecem expressos na diferença sócio-econômica dos colonos.

Na Transamazônica, a distribuição de terras qualitativamente diferenciada a migrantes com potencialidades também distintas tornou seletivo o processo, contribuindo para uma heterogeneidade econômica, social e espacial.

Nas áreas de colonização particular como no caso de Sinop e Alta Floresta, o acesso à terra implicando na pré-existência de recursos, que vão ser cada vez mais exigidos na medida que no desenvolvimento do processo se dá a valorização de terra, caracteriza o processo como já seletivo na sua origem.

Em Rondônia, exemplo de colonização oficial de maior expressão em número de projetos e colonos envolvidos, mesmo apresentando configuração mais homogênea em termos espaciais, é encontrada a marca da seletividade econômica e social.

O grau elevado de heterogeneidade, tanto no que se refere a posse como na utilização da terra, nas áreas de colonização, determina diferenciações marcantes entre os colonos.

3 - As experiências de colonização no espaço amazônico a despeito de representarem ocupação sob forma idêntica, com objetivos comuns - refletem cada uma delas um padrão de ocupação diferenciado ditado por contradições internas próprias e revelando resultados distintos. Essas diferenças estão relacionadas com a atuação dos agentes sócio-espaciais envolvidos: população, empresas colonizadoras, Estado e o lugar.

As especificidades aparecem bem marcadas caso o processo esteja vinculado à atuação do governo ou de grupos particulares. Uma dessas especificidades é o grau de seletividade do processo que na colonização particular é muito mais acentuado. Outra é a presença de um processo espontâneo paralelo ao dirigido. Mesmo tratando-se de um programa dirigido e planejado, a colonização não representou, como parecia para muitos, um óbice ao movimento espontâneo de populações, mas até mesmo o induziu.

Na colonização oficial, via de regra, o processo planejado induziu uma busca espontânea por terras na área de colonização, fazendo até mesmo emergir, em alguns pontos, como constatado na Transamazônica, Rondônia e em Terra Nova, situações de conflitos e luta pela terra.

Na colonização particular, por força da necessidade de retorno do investimento e da apropriação do excedente, o controle sobre a terra é mantido pelo colonizador através de mecanismos vários que minimizam as possibilidades de uma ação espontânea e de conflitos.

4 - A colonização dirigida efetivou-se como uma forma complementar de

expansão da fronteira, centrada na presença do capital monopolista, definida e apoiada pelo Estado, contribuindo para a acumulação de capital na fronteira.

A colonização, tratando-se de um processo voltado para oferecer acesso à terra, de forma efetiva a trabalhadores rurais e suas famílias, permite pela aplicação de trabalho à terra e produção para um mercado, a criação de um excedente que é apropriado diretamente por aqueles que na área de colonização detém o capital e indiretamente pelo Estado. Mantendo a constante associação de terra e trabalho permite a apropriação do excedente criado, gerando a acumulação para os investidores e em especial para os colonizadores. As formas de realização dessa acumulação ficam bem configuradas por exemplo, no caso de Terra Nova, pela vinculação do colono, como produtor, com a cooperativa, como agente comercializador; em Sinop, pelas relações dos colonos com as empresas do grupo, particularmente a Cooperativa e Usina de Alcool e em Alta Floresta, pela atuação do grupo colonizador em ampliar sua área de colonização e pela instalação de empreendimentos privados, estimulados pela colonizadora, como a Companhia de Armazéns Gerais - COAG, do Grupo NB. Em Rondônia, pelas relações dos colonos com os comerciantes, com os proprietários das máquinas de beneficiamento e com a própria Cibrázem.

5 - Como forma de ocupação, a colonização, quer oficial, quer particular, apresenta contradições que a colocam numa posição de não representar nem o sucesso que os colonizadores querem fazer crer, nem o fracasso por muitos apontado, refletindo as condições inerentes à expansão do capitalismo, para a qual foi utilizada como instrumento. Assim sendo, a colonização dirigida, embora propiciando o acesso à terra e mesmo, contrariamente ao questionado, não antepondo-se, mas até induzindo um movimento espontâneo um processo ditado por causas estruturais - não garantiu, como regra geral, que o colono conservasse a riqueza produzida, o excedente criado. Dessa forma, excluindo ou limitando o produtor de apropriar-se dos resultados de seu trabalho, ou mesmo da possibilidade de participação, por se tratar de um processo planejado, com conotação de controle social e concebido de cima para baixo, a colonização respondeu mais aos interesses do sistema do que daquela classe para a qual era apontada como a forma solucionadora dos problemas.

#### 4. Questões finais

Delineado o significado que a colonização dirigida adquire no contexto da ocupação desse vasto espaço que é a Amazônia, podemos finalmente levantar algumas questões para discussão.

A colonização dirigida como uma forma complementar de ocupação de terra expressa um processo não apenas econômico, mas também político, em consonância com um modelo econômico e sob condições políticas específicas. Nesse sentido a colonização tem se manifestado, ao longo do tempo, e mais particularmente nas últimas décadas, como uma estratégia de manipulação pelo Estado das populações rurais. Por essa estratégia buscava, em termos sócio-econômicos, controlar a apropriação e utilização do espaço, preservando estruturas vigentes. No campo político, contornava as reivindicações e as lutas sociais, projetando as imagens do proprietário fundiário e de classe média rural.

Na perspectiva de uma reforma agrária entendida como um processo conjunto de apropriação da terra, de redistribuição da renda e de participação nas decisões, a colonização, tal como vem sendo concebida e implantada não representou, nem representa um movimento concreto e objetivo em direção às transformações sociais que são

reivindicadas para o campo.

No contexto do Plano Nacional de Reforma Agrária, a colonização continua presente, sendo colocada como um programa de natureza complementar, diferenciado em conteúdo do programa básico de reforma agrária. Dessa forma, enquanto discurso, perde seu caráter de solução alternativa à reforma, para desempenhar "um papel complementar especialmente para absorver a realocação voluntária de contingentes populacionais existentes em outras regiões" (MIRAD-INCRA, 1985).

Tal posicionamento está fundamentado no reconhecimento da colonização como um instrumento não só oneroso e demorado, como de caráter seletivo, principalmente em se tratando de colonização particular, com resultados limitados e especialmente inadequada para a reestruturação agrária do País.

É evidente que a colonização não propunha e continua não propondo transformações estruturais, mas por não ser em si mesma um obstáculo a elas, pode se constituir em instrumento para o processo da reforma agrária.

Quanto a isso precisaria, em primeiro lugar que fosse também reconhecido o componente político-ideológico de dominação e seus efeitos negativos, não explicitado no plano. Além disso, faz-se necessário precisar na caracterização do programa, o teor da ação oficial e particular e sua integração para evitar que na nova ordem se criem outras distorções econômico-sociais. Da mesma forma torna-se fundamental, também, a aplicação nas atuais áreas colonizadas, dos dispositivos de reforma agrária de forma a superar as distorções já existentes.

É exigível que no novo contexto, a colonização, apresentada como medida complementar, venha a ser, na sua prática, fator de eliminação de problemas estruturais.

Como último e mais importante ponto, coloca-se a ênfase na prioridade de execução efetiva da reforma agrária, acompanhada de condizente, eficaz e eficiente política agrícola. E somente, no contexto de uma política agrícola definida seriamente, em termos nacionais e regionais, é que se poderá desenvolver uma efetiva política da reforma agrária.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ana Luiza Osorio de. 1981. **Tipos de fronteiras e modelos de colonização na Amazônia: revisão de literatura e especificação de uma pesquisa de campo**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- AREZZO, Dryden Castro de. 1982. **Colonização**. Brasília, D.F: Fundação Petrônio Portela.
- ARRUDA, Helio Palma. 1978. **Colonização oficial e particular**. Brasília: INCRA.
- BECKER, Bertha K. 1983. **A fronteira em fins do século XX, Proposições para um debate sobre a Amazônia**. Uberlândia, MG: UFB.
- BECKER, Bertha K. 1985. **Expansão do Povoamento e Mudança Social: o caso de Rondônia**. In Conferência, 6.º Encontro Nacional de Geografia Agrária – Garanhuns.
- COOPERCANA. 1982. **Programa Terra Nova: relatório geral 01/82**. Barra do Garças: Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda.
- FOWERAKER, Joe. 1982. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A.
- IANNI, Otávio. 1978. **A luta de terras**. Vozes, Petrópolis.

- IANNI, Otávio. 1979. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Vozes, Petrópolis.
- INCRA. 1972. **Colonização da Amazônia**. Brasília.
- INCRA. 1976. **Sistemas e Programas de Colonização na Amazônia Brasileira**. Brasília.
- INCRA. 1986. **Plano Regional de Reforma Agrária de Rondônia**.
- JATENE, Heliana da Silva. 1983. **Reabertura da fronteira sob controle: a colonização particular dirigida na Amazônia**. Uberlândia, MG: UFB.
- LARANJEIRA, Raymundo. 1983. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LOPES, Eliano Sergio Azevedo. 1981. Colonização Oficial na Amazônia: a reprodução das desigualdades. In **Reforma Agrária**, vol. 11, n.º 2 mar/abr, 20:23.
- MAHAR, Denis J. 1978. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise de políticas governamentais**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- MIRAD-INCRA. 1985. **Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA**. Brasília.
- MIRANDA, Mariana. 1984. "The role of planned colonization in the expansion of the frontier in Amazonia" in **Brazilian Geographical Studies**, UGI, Comissão Nacional, Rio de Janeiro, 377:406.
- MIRANDA, Mariana. 1985a. Government Colonization Projects and the expansion of the agricultural frontier: a case study in Altamira. In **Regional Development in Brazil – the frontier and its people**, Misra, Dung, Becker Editors, United Nations Centre for Regional Development, Nagoya, 104:121.
- MIRANDA, Mariana. 1985b. Amazônia: organização do espaço urbano regional. In Seminário "Amazônia – Perspectivas para o Desenvolvimento Regional". São Paulo, IDEIA-USP.
- MIRANDA, Mariana. 1985c. Os novos espaços de colonização em Rondônia: uma avaliação preliminar de suas perspectivas. In 6.º Encontro Nacional de Geografia Agrária, Garanhuns, 176:182.
- SANTOS, José Vicente Tavares. 1985. "A política de colonização no Brasil Contemporâneo". In **Reforma Agrária**, vol. 15, n.º 1, jan/abr, 18:27.
- TAVARES, Vania e outros. 1972. **Colonização dirigida no Brasil, suas possibilidades na região Amazônica**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- TURCHI, Lenita Maria. 1981. Colonização dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola: Território Federal de Rondônia. In **Anais do 2.º Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais: 298:334.